

Atendimento Educacional Especializado para surdos: aspectos legais, teóricos e práticos

Eliamar Godoi¹

Resumo: O objetivo geral desse estudo se pauta na apresentação de discussões acerca das atuais diretrizes e ações do Atendimento Educacional Especializado - AEE voltadas para pessoas surdas por meio de um estudo de natureza qualitativa e bibliográfica. Trabalhos como os de Damazio e Alves (2010), Moura (2015), Ribeiro (2015) e o Decreto 7.611/11 fundamentaram nossas discussões envolvendo aspectos legais da formalização e funções do AEE do aluno surdo na escola inclusiva e sobre planejamento das ações didáticas e pedagógicas no AEES. A perspectiva é partir de uma prática pedagógica implementada dentro de um AEE surdos por meio de ações devidamente planejadas em Planos de Atividades, considerando a especificidade do aluno surdo. A reflexão incide sobre a estrutura, o funcionamento do AEE e sua relação com a escola inclusiva. Concluímos que o professor de AEE para surdos deve sempre montar o seu plano de atividades considerando as práticas de ensino e o conteúdo aplicado na sala regular de ensino. Ele deve oferecer numa equipada sala de recursos multifuncionais, os momentos didático-pedagógicos e equipamentos eletrônicos, propiciando condições de acessibilidade ao surdo tanto no AEES quanto na sala regular de ensino e em todo o contexto escolar. Nesse caso, defendemos ser muito importante que o aluno surdo possa levar consigo equipamentos (notebook), materiais e recursos didáticos. Os estudos mostraram que AEE surge com função de assessoria à sala comum inclusiva, em que um trabalho contextualizado e articulado com parceria entre professores da sala de aula comum e o professor de AEE se faz fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo.

Palavras-chave: AEE para alunos surdos; Assessoria à sala comum; Plano de Atividades

Aspectos introdutórios

O processo de inclusão de alunos surdos em todos os níveis da educação tem alcançado significativo destaque no cenário brasileiro, a partir das políticas de inclusão da pessoa com deficiência desenvolvidas pelo governo federal. Relevantes avanços têm ocorrido no campo do ensino e difusão da Libras, das pesquisas e até da produção de materiais didáticos. Nesse contexto, a inclusão do surdo na sociedade e nas instituições educacionais do país se alavancado desde o ano de 2002, com a promulgação da Lei 10.436/2002. A partir dessa época, foram notórias as conquistas da comunidade surda brasileira, podendo ser claramente observadas pela legislação vigente.

No sentido de garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes surdos na sala de recursos multifuncionais, a

¹ Doutora em Estudos Linguísticos. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – PPGEL/UFU. Professora do Curso de Letras: Língua Portuguesa com domínio de Libras do Instituto de Letras e Linguística – ILEEL/UFU. Coordenadora Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial – CEPAE, o núcleo de Acessibilidade da UFU. eliamarufu@gmail.com

oferta do atendimento educacional especializado se configura na necessidade linguística desse alunado. Para o processo de educação do aluno surdo, há de se considerar questões que ultrapassam os níveis de instrumentalização de um espaço para acolher o aluno com deficiência. Uma vez que atender à especificidade dos surdos no contexto educacional requer um complexo sistema de elementos linguísticos diversos que se combinam, é pela educação bilíngue em todos os sentidos que o apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes surdos se faz.

No entanto, apesar da crescente democratização do processo de inclusão da pessoa surda nas instituições educacionais, a maioria dos professores ainda possui pouco ou nenhum conhecimento e formação pedagógica para lidar com as diferentes necessidades de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, em que nesse estudo, dedicamos o destaque o surdo em contextos educacionais inclusivos. A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares tem repercutido uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais podemos destacar: a falta de formação bilíngue dos docentes, a ausência de materiais didáticos acessibilizados ou traduzidos para a Libras, a falta de metodologias de ensino, assim como a uma formação inicial e continuada descontextualizada.

Há também uma significativa e prejudicial carência de intérpretes de Libras para atuarem na sala inclusiva, além da falta de estruturação física, linguística e pedagógica das salas de recursos multifuncionais. Todas essas dificuldades têm gerado uma verdadeira ausência de oferta adequada do Atendimento Educacional Especializado ao surdo, sobretudo, por falta de estrutura física, humana e didático-pedagógica. Esses desafios têm impactado muito negativamente na atual oferta do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos no processo de escolarização, considerando que o atendimento bilíngue tão necessário aos alunos surdos lhes têm sido negados no ambiente do AEE, por uma série de fatores, dentre os quais destacamos a falta de profissionais bilíngues.

Trabalhos publicados de autores como: Damazio e Alves (2010), Moura (2015), Ribeiro (2015), além de documentos legais como os Decretos 5.626/05 e 7.611/11 nos ampararam em nossas discussões. Alguns trabalhos publicados em formato de cartilhas organizados pelo Ministério da Educação – MEC também serviram de base para nortear nossas discussões e apontar ações regulamentação e oferta de Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos.

Nesse contexto, assumimos como o objetivo geral desse estudo, o de apresentarmos discussões acerca das atuais diretrizes e ações do Atendimento

Educacional Especializado voltadas para pessoas surdas por meio de um estudo de natureza qualitativa e bibliográfica. Para tanto, apresentamos discussões envolvendo aspectos legais da formalização do AEE do aluno surdo na escola inclusiva, aspectos teóricos associados à perspectiva de uma prática pedagógica implementada dentro de um AEE surdos a partir de ações devidamente planejadas em Planos de Atividades, considerando a especificidade do aluno surdo. Isso, no sentido de refletirmos sobre a estrutura, o funcionamento do AEE e sua relação com a escola inclusiva.

1. Aspectos legais da formalização do AEE para alunos com deficiência: o aluno surdo e a sala de recursos multifuncionais na escola inclusiva

Tratamos dos aspectos legais sobre a formalização do AEE para alunos com deficiência e sobre a sala de recursos multifuncionais, seus conceitos e aparelhagem de acordo com a legislação. Além disso, apontamos a importância de uma sala de recursos multifuncionais ser aparelhada para oferta do atendimento educacional especializado considerando a especificidade do alunado com deficiência e ainda a importância da Libras no AEE para surdos no sentido de que é direito do surdo ter seu processo de escolarização na perspectiva bilíngue, tendo a Libras com a língua de instrução.

Em 2006, o governo federal criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para que as escolas comuns da rede pública de ensino atendessem a pungente necessidade da educação brasileira, que era a de “promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização” (BRASIL, 2010. p.3). Nesse sentido, o governo entende que a construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares a partir da oferta do atendimento educacional especializado, eliminam a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais.

Desse modo, o reconhecimento da língua significa o primeiro passo para se conseguir ofertar um atendimento educacional especializado contemplando a especificidade linguística do surdo, como forma de garantia de seus direitos de comunicação e, conseqüentemente, de escolarização. Partindo do princípio de que a participação social, educacional e profissional é um direito de todos e que Libras é a língua materna dos surdos brasileiros, há uma necessidade urgente de torná-la acessível

aos profissionais que atuam ou desejam atuar com pessoas surdas, salientando que a comunicação é uma condição básica para as interações sociais e para o exercício democrático da cidadania. Consideramos, portanto, que, numa sala de recursos multifuncionais, oferecer o atendimento educacional especializado ao surdo, tendo a Libras como língua de instrução, poderá contribuir para garantir a comunidade surda uma participação mais efetiva na sociedade e acesso a uma educação de qualidade a todos os seus membros.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. (BRASIL, Decreto 7.611/11. Art.5º). Ainda de acordo com esse documento, a sala de recursos multifuncionais se caracteriza como um ambiente de natureza pedagógica, dotada de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos. A sala de recursos multifuncionais deve ser comandada por professor especializado que oferece o atendimento educacional especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino.

O atendimento pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos público alvo da educação especial regularmente matriculado na escola regular inclusiva que apresentem necessidades educacionais especiais. A oferta desse atendimento acontece em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum, além de poder se estender a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista uma estrutura de pessoal e nem de recursos multifuncionais que possa atender ao aluno como deficiência contemplando suas necessidades específicas.

Na sala de recursos multifuncionais, a produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua de Sinais Brasileira - Libras, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo (BRASIL, Decreto 7.611/11. Art. 5º). Nesse sentido, considerando que as ações didáticas e pedagógicas e recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem no AEE devem assumir a característica do alunado a ser atendido, haverá uma instrumentalização própria voltada a cada deficiência podendo numa sala de recursos multifuncionais alocar atendimento educacional especializado para várias deficiências.

Tudo depende dos tipos de deficiências que os alunos da escola apresentarem. Desse modo, podemos categorizar os AEE por especificidade denotada por deficiência como sendo, entre outros: Atendimento Educacional Especializado para cegos e com baixa visão – AEEC, Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual - AEEI, Atendimento Educacional Especializado para alunos autistas - AEEA, Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas habilidades e Superdotação – AEEAS, e Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos – AEEES, sendo que sobre esse último recairá o enfoque desse estudo.

Para tanto, no contexto legal, o AEE deve ser prestado de forma complementar e/ou complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, e altas habilidades e superdotação como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais (BRASIL, Decreto 7.611/11. Art. 2º). De acordo ainda com esse decreto, o AEE tem como principal objetivo o “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes” (BRASIL, Decreto 7.611/11. Art. 3º). Nesses termos, a função de assessoria do AEE aparece de modo claro e evidente no documento.

A atendimento educacional especializado voltado para atender alunos surdos deve ser estruturado para desenvolver atividades que atendam às suas necessidades linguísticas. Nesse sentido, a instrumentalização para atender o aluno surdo é linguística, pois a necessidade do surdo se esbarra em barreiras de comunicação e que é no âmbito linguístico que todas as ações para propiciar condições de acessibilidade ao surdo devem se pautar. Diferente das necessidades de acessibilidade requerida a pessoas com deficiência tais como a visual, física, mental ou até mesmo para alunos com altas habilidades e superdotação, a necessidade do aluno surdo é linguística.

O atendimento educacional especializado se instaura na escola inclusiva como uma espécie de retaguarda que busca possibilidades e instrumentaliza os alunos surdos e alunos com outras deficiências e limitações para que possam lograr êxito no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns de ensino regular. É no sentido de assessorar as ações da sala regular de ensino que recebem alunos com deficiência que o AEE surge como suporte e verdadeira função de retaguarda, ou seja, apoio fundamental para o desenvolvimento dos alunos com deficiência ingressados na sala comum.

2. Perspectiva teórica, a prática pedagógica no AEE surdos e a importância do planejamento

A organização das atividades didáticas com seus respectivos materiais didáticos em Planos de Atividades constando atividades bem visuais e ações de comunicação em Libras se mostra muito importante para que o atendimento educacional especializado seja realizado de modo eficiente para o aluno surdo. De acordo com Damazio e Alves (2010, p.57) o AEE

respeita princípios pedagógicos essenciais, que garantem o acesso à duas línguas obrigatórias para o atendimento do aluno surdo, mediante uma organização didática e metodológica do fazer aula especializada sob a autoridade técnica, humana e política do professor como responsável pela mediação entre o conhecimento, o conhecedor e o conhecido num ambiente de aprendizagem processual dialógico, no qual se devem oferecer possibilidades infinitas para que ocorra a problematização, a experiencição, a experimentação, a demonstração e as trocas circunstanciais, promovendo o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e linguístico do aluno surdo.

Essas estudiosas orientam ainda, que a organização didática do AEE é idealizada a partir do diagnóstico inicial do aluno surdo (fluência em Libras, Nível educacional, forma de comunicação- oral ou sinalizada) e em seguida o professor deve elaborar o plano de atividades com a devida antecedência. O Plano de Atividades para cada atendimento deve ser minuciosamente preparado considerando as especificidades de cada aluno surdo. Todo o trabalho deve ser planejado para ser realizado individualmente ou para pequenos grupos com níveis equivalentes de conhecimento e fluência da Libras.

Damazio e Alves (2010) acrescentam que para o planejamento dos contextos, o professor do AEE realiza pesquisas bibliográficas e elabora a tessitura epistêmica do assunto, seguida do plano de atividades, envolvendo: contextos identitários, conceitualizações, áreas dos saberes científicos, procedimentos, metodologias, conteúdos curriculares, habilidades, demarcando o planejamento básico do atendimento. Para essas autoras, a prática pedagógica do AEE é “organizada por meio de contextos e está alicerçada nas representações sociais e nos legados culturais e científicos da humanidade, representados em epistemes” (DAMAZIO; ALVES, 2010, p.55).

De acordo com Godoi (2019. p.5),

o professor do AEE deve organizar o seu plano de atividades no sentido de disponibilizar atividades em que o aluno possa ter acesso ao

conteúdo ensinado na sala de aula regular por meio da Libras. Isso significa que o aluno terá aulas de geografia, por exemplo, ou quaisquer outras disciplinas tendo a Libras como língua de instrução. Contando com um professor bilíngue, o AEES selecionará conteúdos de interesse do aluno surdo em que, diferente da sala de aula que tem o acompanhamento do intérprete na mediação da fala do professor regente, no AEES, a aula será ministrada em Libras.

Um contextualizado Plano de Atividades deve conter uma sequência didática com atividades didáticas e pedagógicas, considerando a carga horária relacionada com o respectivo tempo da aula. Todas as ações devem estar registradas no Plano de Atividades que podem seguir um formato de um Plano de Aula em que pode conter a seguinte estrutura: Dados do(s) aluno(s), Carga horária, Conteúdo, Objetivos (gerais e específicos), Habilidades, Materiais, Metodologia, Desenvolvimento da aula e Avaliação. Essas atividades devem ser planejadas considerando a abertura de oportunidade de o aluno surdo participar de fato do processo de construção do próprio conhecimento.

Orientamos que todas as atividades devem propiciar momentos de reflexão, questionamento, crítica, consecução, refacção, além da repetição do que foi aprendido para que se torne apreendido, podendo-se realizar a aplicação do que foi aprendido em outros contextos, como por exemplo, na sala de aula comum. É muito importante que o professor dê uma atenção especial para os elementos: Objetivos, Metodologia e Desenvolvimento da aula.

Não é demais ressaltar que todas as atividades desenvolvidas para se oferecer o atendimento educacional especializado para o aluno surdo devem ter a Libras como língua de instrução. Com Damazio e Alves (2010), entendemos que no decorrer do AEES, os alunos fazem perguntas, analisam, criticam, fazem analogias, associações diversas entre o que sabem e os novos conhecimentos em estudo. O conteúdo a ser trabalhado no AEES deve considerar a prática desenvolvida na sala comum. É o conteúdo tratado na sala comum que irá nortear o recorte do conteúdo a ser tratado no atendimento ao aluno surdo. De acordo com Godoi (2019, p.2)

as informações advindas da sala de aula comum é que verdadeiramente devem nortear todo o planejamento para o atendimento do aluno com deficiência considerando seu contexto da sala regular de ensino. Na sala comum, com o aluno surdo, são as informações advindas do professor do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos - AEES é que vão nortear o processo de seleção de conteúdo, metodologias de ensino e abordagens de avaliação considerando o contexto, as habilidades e limitações do aluno surdo apontados pelo professor do AEES.

A partir de leituras e experiências em AEES, elaboramos um quadro, o qual apresentamos como sugestão de Plano de Atividades (estrutura), organizado na perspectiva do ensino de línguas contextualizado, assumindo a Libras como língua de instrução. Esse quadro pode ser adaptado de acordo com o contexto/conteúdo do AEES auxiliando o professor no planejamento do atendimento, como pode ser conferido a seguir:

| | |
|----------------------------------|--|
| Dados do aluno | Nome, Idade, série, fluência, forma de comunicação (oralizada ou sinalizada) |
| Carga horária | 2h30 |
| Momento didático/pedagógico | Ensino de Língua Portuguesa |
| Conteúdo | Elementos da narrativa a partir do Gênero Discursivo História em Quadrinhos |
| Objetivos | Ao final da aula, espera-se que o aluno, a partir da leitura e compreensão da história em quadrinhos, consiga sinalizar a história lida respeitando a sequência lógica das ações ocorridas no texto trabalhado |
| Habilidades | Ler, escrever, contar histórias em Libras a partir de leituras |
| Material/Recurso | Gibi |
| Metodologia | Aula dialogada sinalizada – Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua na perspectiva contextualizada |
| Procedimento Sequência/ Didática | <ol style="list-style-type: none"> 1 – Interagir com o aluno em um debate sobre o tema da história em quadrinhos trabalhando vocabulário e ativando o conhecimento prévio do aluno sobre o tema do texto a ser lido. 2 – Apresentar o texto em quadrinhos para o aluno e solicitar a leitura e deixar tempo para que o texto seja lido completamente. 3 - Fazer perguntas de compreensão de texto para o aluno até esgotar toda as possibilidades de questionamento. 4 – Solicitar que o aluno conte o texto em Libras para que se acompanhe o grau de compreensão geral do texto, dos elementos principais da história, verificar se a sequência lógica das ações da narrativa foi respeitada, e por último, saber se o aluno conseguiu sequenciar os fatos de modo coeso e coerente. 5 – Solicitar que o aluno escreva a história em Língua Portuguesa. 6 – A partir do texto sinalizado e escrito ensinar sobre os elementos essenciais que compõem um texto narrativo, utilizando a prática do aluno como exemplos para explicar o conteúdo e ainda fazendo as devidas correções. 7 – Solicitar que o aluno reconte a história lida sinalizando-a novamente, agora considerando os elementos da narrativa e a sequência lógica dos fatos narrados. 8 – Solicitar que aluno corrija o texto escrito com a ajuda do professor. 9 - Filmar tudo, se for possível e mostrar a filmagem ao aluno comparando a primeira sinalização com a última. 10 – Solicitar que o aluno comente sobre o que aprendeu no dia com a aula. |
| Avaliação | Avaliação formativa e processual. No decorrer da aula, sendo avaliação do desenvolvimento do aluno, acompanhado de autoavaliação pelo professor. |

Figura 1: Sugestão de proposta para Plano de Atividades em AEES – confeccionada pela autora

A partir de um conteúdo proposto para cada aula, o elemento *Objetivos* vai apontar a meta a ser alcançada por meio das ações do docente, uma vez que é justamente os objetivos, em especial, o *Objetivo geral* que vai nortear todas as demais ações da aula, delineando os demais elementos como: a metodologia de ensino a ser adotada, os objetivos específicos, as atividades, os procedimentos de aplicação das atividades, impactando no desenvolvimento da aula. O elemento *Objetivo geral* irá apontar o que se espera do aluno ao final da aula.

Nesse caso, para elaborar o texto para registrar os *Objetivos* da aula, é sempre importante o professor redigi-lo, iniciando o período da seguinte forma: “Ao final da aula, espera-se que o aluno consiga..., o aluno reproduza..., o aluno demonstre... o aluno responda..., o aluno apresente...o aluno se comunique..., o aluno elabore...”. Tomemos como exemplo hipotético uma aula cujo conteúdo seria o seguinte: “Elementos da narrativa a partir do Gênero Discursivo - História em Quadrinhos”. Uma aula para o ensino de leitura a partir de um texto multimodal como a história em quadrinhos, pode ter como objetivo o de ensinar ao aluno surdo como narrar algum fato presenciado/lido respeitando o número de ações da história e sua respectiva sequência lógica.

Para elaborar o Plano de Atividades, a redação dos objetivos pode assumir a seguinte forma: “Ao final da aula, espera-se que o aluno, a partir da leitura e compreensão da história em quadrinhos, consiga sinalizar a história lida, respeitando a sequência lógica das ações ocorridas no texto trabalhado”. Entendendo a relevância de se pensar dessa forma no objetivo das atividades e no rol de atividades do dia, o professor logrará mais êxito, em termos de eficiência do processo de ensino, pois todas as atividades para a aula do dia, terão como finalidade a aprendizagem do aluno considerando a respectiva meta geral. Nesse contexto, a partir do elemento Objetivo geral que vai contemplar, inclusive, o nível de conhecimento e de fluência do aluno surdo, todas as demais ações/atividades se articularão para culminar na aprendizagem do conteúdo dado no dia.

Aproveitando o exemplo dado acima para o Objetivo Geral, podemos trazer algum desdobramento desse para ilustrar como poderia ficar elementos como Objetivos específicos, por exemplo. Considerando o conteúdo do dia, nesse caso, “Elementos da narrativa a partir do Gênero Discursivo - História em Quadrinhos”, uma vez que já temos o relato sinalizado da história respeitando número de informações e a sequência lógica da história como Objetivo geral, podemos tecer algumas ações como objetivos específicos, como debater sobre tema tratado nos quadrinhos, trabalhar vocabulário e expressões desconhecidas pelo aluno surdo que aparecerão no texto a ser lido, falar sobre

história em quadrinhos (estrutura, o significado dos balões e das onomatopeias, alguns personagens, etc.), disponibilizar tempo para leitura, fazer levantamento de compreensão do texto, sinalizar e escrever a história lida sem copiar do texto, e por último contar o que aprendeu no dia. Essas ações constituiria nos objetivos específicos para a aula do dia.

O outro enfoque do Plano de Atividades é a parte em que o professor descreve os procedimentos planejados para a aula. Esses procedimentos devem se organizar em formato de uma sequência didática em que todas as ações e suas respectivas atividades devem estar descritas na ordem dos seus acontecimentos no decorrer da aula. Como apontado no quadro acima, é muito importante que o professor tenha clara todas as ações a serem realizadas, a ordem de seu acontecimento e o respectivo material ou recurso didático a ser utilizado. Com toda a sequência didática já organizada no Plano de Atividades, o professor fica mais seguro quanto ao que fazer, como e quando fazer no decorrer do atendimento. Com mais segurança do processo de AEES, o professor terá mais condições de aplicar as atividades, acompanhar o rendimento do aluno e avaliar todo o processo.

Para receber o aluno surdo, a sala de recursos deve ser dotada de estímulos visuais que podem ser disponibilizados de diferentes formas, com cartazes, gravuras, fotos que podem aparecer colados nas paredes ou em suportes de pôster que possa ser consultado rapidamente. Outra forma de favorecer o processo de ensino e aprendizagem para o surdo é disponibilizar equipamentos como computador, notebook, tablets, entre outros eletrônicos com acesso à internet que sejam capazes de baixar e rodar vídeos e arquivar material de vídeo produzido na sala do AEES e/ou coletados na internet ou de outras fontes (diferentes gêneros discursivos sinalizados como: entrevistas, reportagens, aulas, dicionários, etc.) que possa ser organizado e utilizado como material didático. Produzir vídeos e fotos de situações de comunicação com o surdo também se mostra muito produtivo.

O professor pode realizar diversas atividades de interação utilizando a Libras e filmar junto com o aluno para depois desenvolver atividades e até avaliação. Dessa forma, ter equipamento como Câmeras filmadoras em sala de recursos também contribui bastante para que se possa desenvolver uma série de atividades didáticas envolvendo a Libras e o contexto de trabalho como o surdo. Outro aparelho que ajuda bastante no processo do AEES é o notebook. Esse equipamento serve para se trabalhar conteúdos diversos e seria muito produtivo se o aluno pudesse leva-lo para casa consigo.

Muitos alunos surdos não tem condições de adquirir um equipamento como o notebook e tê-lo como tecnologia assistiva. Ter esse equipamento sempre por perto auxiliaria bastante na consecução das atividades de estudos, atividades de casa, e atividades de aprendizagem e prática de Libras. Outro ponto que o equipamento junto ao aluno surdo ajudaria, seria no acesso ao material didático da sala regular. Como o material didático do aluno surdo deve ser traduzido para Libras, seria muito conveniente para a aprendizagem e acesso ao conhecimento que o aluno surdo pudesse ter consigo esse equipamento. Nesse caso, poderia preparar o notebook com o seu respectivo material didático em PDF e/ou sinalizado devidamente instalado nesse equipamento.

Enfim, o Plano de Atividades do AEES deve considerar a profunda compreensão do jeito de ser, de aprender e de se expressar do surdo. Esse conhecer o aluno surdo em suas nuances e especificidade é o primeiro passo para se pensar em ações de letramento, ensino de leitura, de produção de texto e de avaliação de modo contextualizado respeitando a característica do surdo. A compreensão e acesso ao conteúdo trabalhado na sala comum, o comportamento, o desenvolvimento e os resultados do aluno surdo na sala inclusiva surgem como o segundo passo. Nesse caso, o professor de AEES deve orientar o professor da sala de aula comum quanto aos aspectos de ensino, aprendizagem, avaliação e de formas de expressão do surdo. Do outro lado, os professores da sala comum devem nutrir e compartilhar com o professor de AEES informações sobre conteúdos e rendimentos do aluno em comum.

Considerações finais

Em termos de legislação e de garantia de direito à educação especializada, destacamos que a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos surdos atualmente ainda requer muitos investimentos científicos, tecnológicos e humanos para que as ações do AEE para surdos possam assumir de fato o que se propõem: a escolarização deste grupo de pessoas para que elas possam exercitar seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros. As conquistas da comunidade surda precisam ser traduzidas em ações que permitam aos surdos o acesso a uma educação bilíngue de qualidade e a participação efetiva na sociedade. Não se trata apenas de garantir a esse cidadão espaços educacionais adequados como uma sala de recursos bem equipada com tecnologias assistivas e equipamentos eletrônicos adaptados, mas, se faz necessário também promover a difusão da Libras e assumi-la como língua de instrução.

Em meio à educação inclusiva, a legislação determina que as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas no Decreto 5.626/05 como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, Decreto 5.626/05. Art. 14). Defendemos que a Libras deve ser a língua de instrução para se ofertar o atendimento educacional especializado para o surdo. É em um ambiente bilíngue e pela Libras que o AEE para surdos se constitui como a principal medida de apoio individualizada e efetiva no processo de escolarização dos surdos. Assumindo a Libras como língua de instrução na oferta do AEE para os surdos é que vai criar verdadeiros ambientes bilíngues que vão maximizar o desenvolvimento acadêmico e social da comunidade surda, de acordo com a meta de inclusão plena proposta pelo governo federal.

Para isso, acreditamos serem necessários investimentos na formação acadêmica inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação dos alunos surdos, para que eles consigam desempenhar o seu trabalho junto aos aprendizes surdos nas salas de recursos multifuncionais oferecendo o atendimento educacional especializado considerando a especificidade linguística dos surdos, munidos de conhecimentos teóricos e práticos, a começar pelo aprendizado da Língua de Sinais. Deste modo, compete às Instituições de Ensino Superior oferecer espaços alternativos e/ou complementares para o aprendizado dessa Língua aos seus alunos e aos demais profissionais, para que tenham a oportunidade de refletir sobre as especificidades culturais, linguísticas e indenitárias dos sujeitos surdos.

Sendo assim, as Universidades Públicas brasileiras não têm se omitido frente à realidade exposta. Desde a aprovação da Lei 10.436 em 2002 têm se fortalecido as pesquisas e experiências educacionais a utilizando como veículo de comunicação e ensino destinadas às pessoas surdas e aos demais alunos com deficiência no país. Aos poucos, a resistência quanto ao uso da Libras tem sido rompida pela sociedade em geral e pela academia buscando levar à escola inclusiva profissionais melhor formados.

A Legislação prevê que o AEE tem função primordial de assessorar os trabalhos didáticos e pedagógicos realizados na sala comum inclusiva (Decreto 7.611/05). Os sistemas de ensino regulamentam o AEE nas salas de recursos multifuncionais em turno oposto ao frequentado nas turmas comuns e possibilita ao professor rever suas práticas à luz dos novos referenciais pedagógicos da inclusão.

Para o atendimento ao aluno surdo, o AEES contribui com a interação e a comunicação entre o professor, os colegas e o aluno surdo na sala de aula comum, em virtude de já ter construído de forma complementar os vários saberes que a classe comum não oferece, garantindo, efetivamente, a participação do aluno surdo na dinâmica da sala de aula. O AEES, nesse sentido, surge para oferecer possibilidades diversas e contextualizadas para que se propicie condições de acessibilidade e de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento social, afetivo e linguístico do aluno surdo em todo o ambiente escolar.

Em termos de avaliação, entendemos que a produção de um aluno surdo não deve ser avaliada em comparação com a produção dos demais alunos ouvintes. O desenvolvimento do surdo deve ser avaliado tendo em vista a prática de ensino que foi desenvolvida, respeitando sua especificidade linguística e visual e comparando ele com ele mesmo para analisar os progressos e limitações. O professor do AEES, em parceria com os professores da sala de aula comum, deve sempre montar o seu plano de atividades considerando as práticas de ensino e o conteúdo aplicado na sala regular de ensino. Ele deve oferecer numa equipada sala de recursos multifuncionais, momentos didático-pedagógicos de ensino contextualizado, considerando as práticas da sala comum, propiciando condições de acessibilidade ao surdo tanto no AEES quanto na sala regular de ensino e em todo o contexto escolar.

A inclusão de surdos na sala regular inclusiva requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no AEES e planejar bem as ações do atendimento, além de disponibilizar equipamentos e materiais e recursos didáticos ao aluno surdo para serem levados consigo, inclusive para casa, favorece muito positivamente o processo de ensino e aprendizagem na escola nas salas comum e do AEES. Entendemos dessa forma, que o AEES, atendendo a legislação, tende a funcionar de modo contextualizado, pois, ao ser bem planejado e dotado de equipamentos e materiais didáticos adequados, respeita os princípios legais, didáticos, pedagógicos e metodológicos de atendimento ao surdo, garantindo-lhe o acesso ao conhecimento, mas também à Libras e à Língua Portuguesa.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. MEC. SEESP. **Sala de recursos multifuncionais**: espaço para atendimento educacional especializado. Brasília, 2006.

DAMAZIO, M. F. **Atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez. Brasília/DF: SEESP/SEED/MEC, 2007

DAMAZIO, M. F. M.; ALVES, C. B. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com surdez**. São Paulo: Moderna, 2010.

GODOI, E. A assessoria do AEE para alunos surdos à sala de aula inclusiva e os três momentos didático-pedagógicos - AEE de Libras, AEE em Libras e AEE de Língua Portuguesa. In: Seminário Nacional de Educação Especial, 8., 2019. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: CEPAE, Núcleo de Acessibilidade da UFU, 2019.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, D. R. **Libras e leitura de Língua Portuguesa para surdos**. Curitiba: Appris, 2015.

RIBEIRO, M. C. **Redação de surdos**: uma jornada em busca da avaliação escrita. Curitiba: Editora Prismas, 2015.